

AMBIENTE

Governo discute mudança na lei da mata atlântica

Texto pode deixar de incluir previsão de incentivos fiscais para quem preservar a flora

SANDRA SATO

BRASÍLIA – O governo articula com organizações não-governamentais e deputados ligados ao setor produtivo mudanças no projeto de lei que prevê o uso e a proteção da mata atlântica. O objetivo é garantir a aprovação do texto em agosto, na Câmara. O presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), se comprometeu a incluir o projeto na pauta de votações. Pelo acordo em discussão, a concessão de incentivos fiscais a proprietários que preservarem as áreas deverá ser encaminhada em um projeto separado. A criação de um fundo específico para a preservação desse bioma também deverá ser retirada do texto.

“É desnecessário criar um mecanismo novo”, avaliou ontem o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, após entregar a última versão da Política Nacional de Biodiversidade para análise do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Segundo ele, basta o projeto prever uma linha especial dentro do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para financiar programas de conservação da mata atlântica. Assim, evita-se fundo específico para outras áreas. “Isso criaria uma concorrência predatória por recursos”, disse o ministro.

A mudança nos mecanismos de incentivo financeiro eliminariam as resistências da equipe econômica do governo ao projeto. Um dos argumentos é que os incentivos e o novo fundo poderiam ferir a Lei de Respon-

bilidade Fiscal, hierarquicamente superior a uma lei ordinária, como será a da mata atlântica.

Ruralistas – Em paralelo às negociações com a área econômica, Carvalho se reuniu com parlamentares ligados ao setor produtivo que estão contra o projeto porque ele reconhece a existência de ecossistemas atlânticos também no interior do País e não só no litoral. A queixa é localizada no Paraná e em Santa Catarina, onde a atividade madeireira se estruturou, diz o ministro. Em uma reunião com os ruralistas, na semana passada, Carvalho argumentou que quanto menor for a área da mata atlântica do País maior será a restrição de uso.

O deputado Luciano Pizzatto (PFI-PR), ruralista com trânsito entre ambientalistas, diz que o setor produtivo teme mais restrições do que as já previstas no decreto 750, que trata da mata atlântica. “Mas o projeto é bom, bem mais avançado do que o decreto.”

Enquanto a negociação prossegue, o governo se prepara para lançar decreto com a Política Nacional de Biodiversidade, que definirá diretrizes para o uso sustentável e preservação dos recursos naturais. Uma versão consolidada, após diversas reuniões regionais, foi submetida ontem aos conselheiros do Conama. Mas ela ainda tem caráter preliminar.

Várias propostas surgiram no conselho, como a de estimular pesquisa desenvolvida por comunidades locais – entre elas, a dos povos indígenas e a dos quilombolas. Alguns conselheiros enfatizaram a necessidade de se garantir a divisão de benefícios produzidos pelo uso dos recursos genéticos com as comunidades tradicionais.

ÁREA
ECONÔMICA
É CONTRA
ARTIGO